

Sexta-Feira, 08 de Maio de 2026

Preso em Cuiabá por desvios de R\$ 25 milhões, empresário tem vida de luxo e ostentação

Deu no fantástico

Fantástico - O Fantástico deste domingo (21) deu detalhes de um golpe que financiava viagens ao exterior, festas em apartamentos à beira mar e compra de carros e lanches. Tudo com dinheiro público desviado de postos de saúde e hospitais.

O esquema

A Polícia Federal prendeu no fim de novembro o empresário Humberto Silva, acusado de liderar um esquema que desviou pelo menos R\$ 25 milhões de recursos destinados à saúde pública para financiar uma vida de ostentação, incluindo viagens internacionais, aluguel de imóveis de luxo e um casamento em Paris. Alvo da Operação Paralelo Cinco, ele foi preso em um hotel na avenida Historiador Rubens de Mendonça (Avenida do CPA), em Cuiabá.

Segundo as investigações, Humberto e outros empresários usaram o Instituto Riograndense de Desenvolvimento Social Integrado (IRDESI), uma organização social sem fins lucrativos responsável pela gestão de hospitais, para desviar recursos públicos. Entre 2022 e 2025, o instituto recebeu R\$ 340 milhões, sendo a maior parte do valor paga pela Prefeitura de Embu das Artes, com verba federal.

Vida de ostentação

Segundo a polícia, parte do dinheiro desviado foi usada para pagar despesas pessoais, como aluguel de um apartamento de frente para o mar em Balneário Camboriú, viagens e compras de artigos de luxo.

A atual esposa de Humberto, Maíne Baccin, que foi pedida em casamento aos pés da Torre Eiffel, recebia salário de R\$ 23 mil sem trabalhar. A ex-esposa também se beneficiava do esquema, com aluguel pago pelo instituto.

A PF também identificou empresas fictícias que emitiam notas fiscais falsas para justificar serviços não realizados. Só com duas dessas empresas, foram desviados pelo menos R\$ 8 milhões.

Impacto na saúde

Enquanto o dinheiro era usado para ostentação, hospitais administrados pelo IRDESI enfrentavam falta de medicamentos e equipamentos básicos. Em Jaguari (RS), um idoso morreu após não conseguir nebulização por falta de aparelho de R\$ 70. “É absurdo, porque está faltando na base, no atendimento, no remédio, nos cuidados de saúde”, resumiu um morador de Embu das Artes.

Medidas judiciais

Até agora, a Justiça bloqueou 14 imóveis, 53 veículos, uma lancha e contas bancárias de 20 investigados. O prejuízo estimado é de R\$ 25 milhões.

Em nota, a defesa de Tássia Nunes disse que ninguém é culpado antes do devido processo legal. E que a antecipação de juízos condenatórios viola a presunção de inocência. Também por nota a defesa de Maíne Baccin afirma que "está realizando análise detalhada de todos os documentos e informações constantes do inquérito".

A reportagem também procurou a defesa de Humberto Silva, mas não teve retorno.

Por nota a Prefeitura de Embu das Artes disse que "se confirmadas as condutas apontadas na investigação, são de inteira responsabilidade da organização social contratada. Quanto à falta de medicamentos esclarece que a obrigação e responsabilidade é da organização gestora."